



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
**GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA (GAEPE/RO)**  
**ATA DA REUNIÃO GAEPE – 12/03/2021**  
**(25ª REUNIÃO)**

Aos doze dias do mês de março do ano de 2021, reuniram-se, por videoconferência: Paulo Curi Neto, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado, representando a Egrégia Corte de Contas; Ivonete Fontinelle de Melo, Procuradora de Contas do Ministério Público de Contas do Estado (MPC/RO); Alexandre Jesus de Queiroz Santiago, Promotor de Justiça, Titular da Promotoria de Educação de Porto Velho/RO, representante do Ministério Público do Estado (MPE/RO); Isaías Fonseca Moraes, Desembargador, representante do Tribunal de Justiça do Estado (TJ/RO); Sérgio Muniz Neves, Defensor Público, representante da Defensoria Pública do Estado (DPE/RO); Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, Secretário de Estado da Educação (SEDUC/RO); Luslarlene Fiamett, nova Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO); Augusto Pellucio, Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Rondônia (SINEPE/RO); Alessandra Gotti e Ismar Barbosa da Cruz, representando o Instituto Articule; Tiago Cordeiro Nogueira, Procurador Geral Adjunto do Estado de Rondônia; Gláucia Lopes Negreiros, Secretária Municipal de Educação de Porto Velho; Rita de Cássia Paulon, Professora e Consultora; e Adrissa Maia Campelo, Auditora de Controle Externo do TCE-RO, a fim de discutirem a pauta que havia sido disponibilizada com antecedência, e que versou sobre as tratativas já em curso nas diferentes instituições, relacionadas ao tema do ensino remoto e do retorno às aulas presenciais.

**1) O que foi discutido**

A Dra. Alessandra inicia a reunião enumerando os três principais pontos da pauta: 1. Apresentação da Nota Técnica relativa à Busca Ativa Escolar – readesão dos municípios rondonienses; 2. Apresentação da estratégia de monitoramento dos protocolos a serem implantados nas escolas com o retorno presencial das aulas; e 3. Informações a respeito do Decreto n. 28.853/2021, referente ao retorno das aulas presenciais e seus planejamentos (vacinação dos profissionais da educação, contaminação do vírus dentro das escolas etc.).

O Dr. TIAGO, Procurador Geral Adjunto do Estado, inicia com o tema referente ao Decreto, o planejamento da volta às aulas e a vacinação dos profissionais. Em reunião hoje, pela manhã, com o Secretário Suamy, técnicos da Secretaria de Estado da Educação e o Secretário-Chefe da Casa Civil, foram levados os dois objetos discutidos pelo GAEPE: a essencialidade da educação presencial, independentemente da fase do isolamento social, e o adiantamento para inclusão dos profissionais da educação no plano de vacinação.

Com relação ao retorno das aulas presenciais e à condição de essencialidade da educação, o posicionamento do Governador do Estado é que só haverá autorização para o retorno das aulas presenciais quando acontecer a vacinação dos profissionais da educação, com a condição também do sistema de saúde não estar em sobrecarga. Quanto ao plano de vacinação, foi informado ao Dr. Tiago que o Governador já havia solicitado ao Ministério da Saúde, através de um pedido formalizado pelo Estado, a autorização para priorização dos profissionais da educação. Destacou ainda que o Secretário Suamy, nessa reunião, explanou acerca do planejamento estratégico para a retomada das aulas, sendo o atual debate sobre a operacionalização desse plano. Foi conversado também nessa reunião a respeito da fiscalização das Agências de Vigilância municipais para análise das condições sanitárias das escolas estaduais.

O Presidente PAULO CURTI lamenta as notícias trazidas, e destaca que a educação não está sendo de fato priorizada. Concorde que, com o contexto de colapso atual, não é adequado um retorno às aulas, mas quando a situação estiver controlada, não se priorizar a educação e deixar todas as atividades comerciais abertas é um recado direto de que a educação não é um serviço essencial.

O Dr. TIAGO, respondendo a questionamentos da Dra. Alessandra e apontamentos feitos pelo Presidente Paulo Curi, informa que, com relação à priorização da vacina, o Governador visa trazer os profissionais da educação para a fase 1 do plano de imunização, tirando-os do grupo 3. Em relação à extensão da decisão de condicionamento do retorno das aulas, se refere apenas às escolas de rede estadual, sendo as da rede privada e municipal, conforme destacou a Dra. Alessandra, a cargo dos municípios. Quanto ao plano de retorno e a sua operacionalização, o Secretário Suamy foi indicado para melhor esclarecer esse ponto.

A Dra. ALESSANDRA pede que um novo apelo a respeito dos temas falados seja levado novamente à Casa Civil.

A palavra é passada à Secretária Municipal de Educação de Porto Velho, Sra. GLÁUCIA, que informa, com relação ao ponto do retorno das aulas condicionadas à vacinação dos profissionais, que o Prefeito Hildon, em coletiva feita hoje, noticiou a compra de 400 mil doses da vacina, sendo destinado ao público de até 30 anos de idade. Nesse sentido, vem sendo conversado desde o ano passado com o TC a intenção de utilizar parte dos recursos da FUNDEB para a compra de vacinas para os profissionais da educação. Destaca a previsão de estar com esse estoque de vacinas em até 30 dias. Torna a dizer ainda que, mesmo não havendo a vacinação, permanece a possibilidade de voltar a conversar com o Sindicato sobre o retorno quando o município atingir a 3ª fase do Plano de Contingenciamento. Quanto ao plano de retorno das aulas, encontra-se elaborado, e parte dos atos já vêm sendo postos em prática, como a verificação das escolas municipais pelas comissões criadas, com 60% delas já prontas com os protocolos adequados e instalados. Agradece ao Secretário Suamy pelo apoio dado aos municípios, e informa os insumos recebidos do Estado. Finaliza dizendo que o Prefeito de Porto Velho não prevê um retorno presencial atualmente no município, em conformidade com o posicionamento do Governador. Em contrapartida, o Prefeito solicitou melhor implementação das atividades remotas, sendo criada a nova plataforma “Escola Virtual”.

O Presidente PAULO CURTI pede a palavra e fala sobre seu conhecimento a respeito da compra e viabilização das vacinas no Estado, e informa, dentro de suas atribuições, que essas vacinas citadas pela Dra. Gláucia não chegarão no prazo estipulado. Pede uma nova reflexão a respeito do retorno das atividades presenciais, vez que prevê uma tragédia sem precedentes aos estudantes caso continue sendo postergada a retomada.

A Sra. GLAUCIA retoma a palavra para informar os dados referentes aos profissionais da educação acometidos com o Covid-19 na rede municipal, englobando os gestores que estão na linha de frente na entrega do material impresso e kits alimentação. Orientações às escolas vêm sendo dadas, junto com o acompanhamento oferecido. Quanto ao retorno, se dará prioridade às escolas rurais em distritos menores, onde se vê menos casos decorrentes da contaminação do vírus.

O Sr. AUGUSTO destaca que o GAEPE defende que esteja sendo feito o planejamento imediato, não a retomada imediata das aulas. Sugere, como vem observando nas últimas reuniões, que, como a educação remota é muito difícil, um atendimento presencial ocorra, de forma escalonada e segura. Destaca novamente que o foco do Gabinete é o retorno de forma segura e planejada, não instantânea e a qualquer custo.

A Dra. Alessandra, em ponto levantado pelo Dr. Alexandre, sugere que sejam feitas reuniões com o prefeito de Porto Velho e com o Secretário da Casa Civil, levando a eles os apontamentos feitos no Gabinete.

Em seguida, a palavra é passada à Sra. LUSLARLENE, Secretária de Santa Luzia D'Oeste, eleita como Presidente da UNDIME para novo mandato, substituindo o Sr. Vilson. Agradece a participação e se coloca à disposição para o que for preciso, informando que a educação é uma prioridade para todos os dirigentes municipais. Destaca que o retorno presencial é muito importante, sendo visado, quando saírem da situação de colapso no Estado, uma volta gradativa e escalonada. Sabe da importância que a vacinação tem para todos, mas estratégias alternativas devem ser pensadas e postas em práticas.

O Sr. VILSON, ex-presidente da UNDIME, pede a palavra e parabeniza todo o trabalho realizado no Gabinete, destacando a importância de dar continuidade a esse trabalho que vem dando ótimos resultados, buscando, quando possível, um retorno seguro para as escolas. Sugere ao GAEPE uma movimentação com deputados estaduais e entidades administrativas para uma maior divulgação das medidas restritivas para a população, buscando mostrar a importância da não aglomeração, do uso de máscaras etc. Finaliza se colocando à disposição do Gabinete e da UNDIME.

Passada a palavra ao Secretário SUAMY, este salienta que vem de 2020 com um planejamento geral envolvendo todos os municípios, provocado pelo GAEPE e demais instituições, a princípio visando a

retomada das aulas no início de 2021. Mas, como observado, a pandemia avançou a ponto de suspender o retorno planejado. Continuando o apontamento feito pelo Dr. Tiago, informa que o cronograma de planejamento se encontra pronto, mas sem datas. Os insumos foram providenciados e divididos, mas é imprescindível esperar o momento mais propício e oportuno.

O Presidente Paulo Curi observa ao Secretário Suamy o risco de se condicionar o retorno dos profissionais da educação para as aulas presenciais com a vacinação. Uma medida mais eficaz seria informar que não há definições a respeito ainda, em vez de sinalizar para a população e o Sindicato o retorno apenas após vacinação, o que pode ser de difícil reversão posteriormente, mesmo com um contexto municipal mais favorável. Retorna ainda à fala da Sra. Glaucia a respeito da contaminação dos profissionais da educação por Covid, incidindo em torno de 800 pessoas, mesmo com as escolas fechadas. A Sra. Glaucia se manifesta para esclarecer que esse quantitativo se refere ao total de profissionais contaminados na rede, e não dentro do ambiente escolar.

O Dr. ALEXANDRE pede a palavra e retoma a fala do Secretário Suamy a respeito do regime de colaboração entre o Estado e os municípios. Apesar da ajuda, os municípios ainda possuem suas responsabilidades, de acordo com suas realidades, que não podem ser englobadas pelo Estado. Os municípios precisam ter esse compromisso e seguir conforme seus papéis de atuação, planejando e se preparando para as atividades educacionais.

É passada a palavra ao Desembargador ISAÍAS, que fala a respeito do projeto desenvolvido no Tribunal de Justiça Estadual intitulado “Declare seu amor”, referente a doações sobre o arrecadamento da Receita Federal para os fundos da criança e do adolescente e para os fundos dos idosos. Traz a ideia que está sendo analisada na comarca de Ji-Paraná, acerca da utilização de parte desses recursos para a compra de vacinas para a população. Apesar de não estar sendo diretamente direcionada a esse público ao qual é feita a doação, indiretamente os atingirão.

A Prof.<sup>a</sup> RITA se manifesta sobre um ponto na fala do Secretário Suamy, referente à redução da aprendizagem dos alunos. Observa que, da mesma forma que se desenvolvem planos de combate à pandemia, também devem ser gerados planos para evitar a evasão e o abandono escolar, criando seguimentos e mecanismos para que os alunos retornem à escola, fazendo essa reestruturação. Sugere que seja passado aos alunos, em aulas aos sábados, entre outras formas, tudo o que “perderam” nesse tempo. Quando o retorno ocorrer, avaliar a aprendizagem dos alunos durante o ensino remoto, por meio de levantamentos a serem produzidos. Procurar ainda trazer as famílias para essa iniciativa, apoiando as crianças no retorno às escolas. A Dra. Alessandra destaca que esse ponto exposto deve entrar nas próximas pautas do Gabinete, devido a sua importância.

Finalizado o primeiro ponto da pauta, é passada a palavra à Sra. Adrissa, para apresentação da Nota Técnica a respeito da Busca Ativa Escolar, principalmente no contexto da pandemia. A Dra. Alessandra faz um direcionamento dessa apresentação à SEDUC e UNDIME, instando-os a pensar estratégias e ações de mobilização sobre o tema.

A Sra. ADRISSA fala a respeito dos pontos e resultados da Nota n. 002/2021-GAEPE/RO, que teve o intuito de reforçar aos novos gestores a importância da readesão dos municípios à busca ativa escolar, iniciativa desenvolvida entre Unicef, UNDIME e o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS). Trata-se de uma metodologia criada para ajudar a desenvolver e ultrapassar barreiras, reintegrando a criança ou adolescente à escola e garantindo sua permanência e aprendizagem, através de um monitoramento permanente. A Sra. Adrissa apresenta, também, por meio do compartilhamento de tela, os resultados obtidos pelo grupo referente a readesão dos municípios: até a data 09 de março de 2021, 46 municípios (88%) fizeram a readesão completa e 6 municípios (12%) estão pendentes no cadastro, tendo atingido todo o Estado para a utilização da plataforma. Destaca os próximos passos na Busca Ativa Escolar (BAE), referente à organização e monitoramento para que de fato ocorra a implementação das medidas propostas.

A Dra. ALESSANDRA, antes de passar para o próximo ponto da pauta, solicita os resultados obtidos até agora sobre o questionário disponibilizado para levantamento de dados referente a conectividade nas redes municipais. A estagiária Caroline apresenta um total de 12.221 respostas, que serão colhidas até a data de 22 de março. O Prof. Valmir se manifesta para informar que, de forma ainda incompleta, referente ao questionário da rede estadual, 37.000 alunos já responderam. A Dra. Alessandra sugere que o Prof. Valmir,

na próxima reunião do GAEPE, que ocorrerá no dia 26/03, apresente os dados completos da rede estadual, no que é respondida positivamente pelo Prof. Valmir.

Passado ao terceiro e último ponto da pauta, o Dr. ISMAR apresenta as premissas do documento criado pelo grupo formado na reunião passada, para direcionar a iniciativa do monitoramento para implantação dos protocolos do retorno às aulas presenciais. Passa, então, ao debate e discussão das propostas constantes no documento. Destaca uma distinção fundamental a respeito desse monitoramento, que é para ser feito quando as escolas retornarem, através das visitas de equipes, ao contrário do monitoramento que será feito pelo TCE, que ocorrerá por meio de levantamentos independentemente do retorno. No decorrer da explanação, o Sr. Hugo é instado a falar sobre o aplicativo para utilização das equipes nos roteiros de verificação, explanando sobre a ferramenta *Limesurvey*. Finalizando o tema, o Dr. Ismar indica uma união entre a UNDIME e a Secretaria de Estado para coordenação dessa atividade, tendo a participação dos demais órgãos.

O Presidente Paulo Curi encerra a reunião.

## 2) O que ficou deliberado

Ficou marcada nova reunião para o dia 26/03/2021, às 14h (quatorze horas), com os seguintes pontos de pauta:

1. Discussões a respeito do monitoramento de implantação dos protocolos no retorno às aulas presenciais;
2. A conectividade;
3. Distribuição das vacinas, com um convite de participação ao coordenador da AGEVISA; e
4. Outros que poderão surgir.

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Edilis Alencar Piedade, Analista Administrativa do TCE-RO, matrícula n. 321. O referido é verdade e dou fé.



Documento assinado eletronicamente por **EDILIS ALENCAR PIEDADE, Analista**, em 27/04/2021, às 10:14, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.tce.ro.gov.br/validar>, informando o código verificador **0289828** e o código CRC **09CDE1B2**.